

PICUM TRIMESTRAL outubro – dezembro de 2013

FRONTEIRAS

NAÇÕES UNIDAS

DESENVOLVIMENTOS NA POLITICA EUROPEIA

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

CUIDADOS DE SAÚDE

TRABALHO E CONDIÇÕES LABORAIS JUSTAS

MULHERES INDOCUMENTADAS

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

FRONTEIRAS

BÉLGICA / Três sobreviventes de um naufrágio apresentam queixa contra o exército belga

Três sobreviventes de um naufrágio que provocou a morte de 63 migrantes no Mar Mediterrâneo em 2011, apresentaram a 26 de novembro de 2013 uma queixa no Tribunal de Primeira Instância de Bruxelas contra o exército belga por falha na prestação de auxílio. Os migrantes tentavam chegar à Europa num bote proveniente da Líbia onde seguiam 72 pessoas, mas perderam o controlo do barco. Apesar dos seus pedidos de ajuda terem sido registados e de terem sido avistados por navios militares e helicópteros de vários estados, as pessoas que iam no barco não receberam assistência. A queixa foi apresentada com o apoio de uma coligação de ONG com iniciativas semelhantes noutros países. A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa publicou a 29 de março de 2012 um relatório centrado no caso intitulado '[Lives lost in the Mediterranean Sea: Who is responsible](#)' ("Vidas perdidas no Mar Mediterrâneo: de quem é a responsabilidade?").

Fonte: [Agence France Presse](#), 26 de novembro de 2013

BULGÁRIA / Governo mais rigoroso em relação aos migrantes irregulares

O vice primeiro-ministro búlgaro e o ministro do interior Tzvetlin Yovchev apresentaram um plano para uma política mais dura em relação aos migrantes irregulares. As medidas previstas incluem períodos de tempo significativamente mais curtos para a expulsão dos migrantes irregulares, segurança reforçada na fronteira da Bulgária com a Turquia através da colocação de mais agentes da polícia, a construção de uma cerca de 30 quilómetros e a construção de instalações fechadas. Para além disso, serão levadas a cabo rusgas policiais em locais frequentados por refugiados e migrantes. O objetivo do governo é reduzir até três vezes o número de pessoas que entram no país de forma irregular e ao mesmo tempo expulsar da Bulgária três vezes mais pessoas. Os ativistas de direitos humanos estão preocupados com a possibilidade de as novas medidas poderem levar a perseguição policial e exclusão social de todos os migrantes.

Fontes: [Capital](#), 4 de novembro de 2013; [Comunicado de imprensa do ministro do interior em inglês](#), 4 de novembro de 2013; [Dnevnik](#), 3 de novembro de 2013

GRÉCIA / Aliança dos países fronteiriços do sul da UE

Tendo em vista a presidência grega da primeira metade de 2014, o primeiro-ministro grego Antonis Samaras iniciou discussões com os seus homólogos em Itália e Malta sobre uma abordagem comum em relação à migração irregular. Os três apelaram a uma estratégia europeia mais concreta de forma a responder à migração irregular. Antonis Samaras sublinhou que o reforço do Frontex e o repatriamento de migrantes indocumentados são aspetos cruciais nesta fase.

Fontes: [Kathimerini](#), 22 de outubro de 2013; [News.in](#), 21 de outubro de 2013

NAÇÕES UNIDAS

ACNUDH / Ficha de informação sobre tráfico de seres humanos

No âmbito de uma série de fichas de informação sobre questões de direitos humanos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) publicou um [documento de uma página sobre o tráfico](#) de seres humanos. O documento contém dados sobre formas de tráfico e grupos de vítimas de tráfico e apresenta tratados e decisões de direitos humanos relacionadas com a prevenção e a luta contra o tráfico de seres humanos.

Fonte: [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos](#), Novembro de 2013

ONU / Crianças cujos direitos foram violados podem submeter queixas ao Comité dos direitos das crianças

Crianças ou os seus representantes poderão apresentar queixas ao Comité dos direitos das crianças, que por sua vez irá decidir se revê o caso. Nos casos em que sejam encontradas violações, o Comité irá recomendar que o estado em questão decida que ação tomar para resolver o caso. A Costa Rica tornou-se no décimo país a ratificar o [Protocolo Facultativo](#) da Convenção dos direitos da Criança sobre Procedimento de comunicação, que deverá ter efeito dentro de três meses. Portugal e Montenegro ratificaram o mesmo Protocolo a 24 de setembro de 2013. A representante especial do Secretário-Geral sobre a violência contra as crianças lançou também um guia adequado a crianças sobre o procedimento de comunicação com o título: 'Raising Understanding among Children and Young People on the Optional Protocol on a Communications Procedure' ('Aumentar a compreensão entre as crianças e jovens do Protocolo opcional de procedimentos de comunicação'). O [guia](#) pretende despertar a consciência das crianças para os seus direitos e aumentar a sua confiança para se manifestarem e pedirem ajuda.

Fonte: [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos](#), 14 de janeiro de 2014

DESENVOLVIMENTOS NA POLÍTICA EUROPEIA

UE / Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) fica operacional

O Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) ficou operacional a 2 de dezembro de 2013. Este sistema tem por objetivo reduzir o número de migrantes irregulares que entram na UE sem serem detetados e ajudar os estados-membros a reagir mais rapidamente a incidentes envolvendo migrantes indocumentados e crime organizado transfronteiriço (ver [Boletim PICUM 31 outubro 2013](#)). Os seus pilares principais são os "centros de coordenação nacionais", onde todas as autoridades responsáveis pela vigilância de fronteiras são obrigadas a coordenar as suas atividades. O EUROSUR estará operacional num total de 30 países. Alguns críticos descreveram esta medida como extremamente dispendiosa (144 mil milhões de euros), discriminatória e anti-imigrantes, que apenas poderá ser justificada se se verificar uma diminuição substancial do número de mortes envolvendo migrantes que tentam entrar na UE..

Fontes: [Comunicado de imprensa da comissão europeia](#), 29 de novembro de 2013; [PressTV](#), 13 de novembro de 2013

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA / Debate sobre questões de migração no Mediterrâneo

No seguimento da reunião do Conselho da U.E. a 24 e 25 de outubro em Bruxelas, os ministros debateram no dia 18 de novembro de 2013 questões relacionadas com a migração no Mediterrâneo. Os mesmos manifestaram-se a favor do auxílio ao governo líbio para proteger as suas fronteiras e reduzir o tráfico de seres humanos. Através da Missão de Assistência Fronteiriça (EUBAM Líbia), a UE pretende contribuir para a capacitação das autoridades fronteiriças líbias. Ao mesmo tempo a U.E. acordou uma parceria de mobilidade com a Tunísia, que deverá ser assinada oficialmente em breve. A parceria de mobilidade prevê a cooperação sobre a migração e asilo e prevê igualmente que a U.E. lide com o desafio da morte de migrantes no mar.

Fontes: [Comunicado de imprensa do Conselho Europeu de Assuntos Externos](#), 18 de novembro de 2013; [ANSA](#), 18 de novembro de 2013

CONSELHO DA EUROPA / "O direito de abandonar um país" - novo documento do Comissário para os Direitos Humanos

O comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, Nils Muižnieks, publicou a 5 de novembro de 2013 um

documento temático sobre o direito de abandonar um país, incluindo o país de origem, garantido no Artigo 2º do Protocolo 4 da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. O documento enfatiza as barreiras à satisfação deste direito, tais como a migração restritiva e as políticas de controlo fronteiriço ou as proibições de viajar impostas por estados-membros do Conselho da Europa. O documento termina com recomendações aos estados para que assegurem que as suas leis, políticas e práticas em relação aos controlos de migração e de fronteiras estejam de acordo com o direito de abandonar um país e com o enquadramento internacional de direitos humanos. O documento temático está disponível em inglês [aqui](#).

Fonte: [Conselho da Europa, comunicado de imprensa](#), 6 de novembro de 2013; [European Voice](#), 7 de novembro de 2013

PAÍSES BAIXOS / O Comité Europeu dos Direitos Sociais convida o governo holandês a tomar todas as “medidas imediatas” possíveis para assegurar os direitos básicos dos migrantes indocumentados

No seguimento de um pedido de “medidas imediatas” submetido pela Conferência das Igrejas Europeias no sentido de assegurar que os migrantes indocumentados tenham acesso a abrigo, alimentação e vestuário nos Países Baixos e “para salvaguardar a sua dignidade humana e evitar danos futuros”, o Comité Europeu dos Direitos Sociais convidou no dia 25 de outubro de 2013 o governo holandês a tomar “todas as medidas possíveis com vista a evitar danos sérios e irreparáveis à integridade de pessoas em risco imediato de pobreza e a assegurar que as suas necessidades básicas (abrigo, vestuário e comida) são satisfeitas”. A Conferência das Igrejas Europeias requereu inicialmente a suspensão do *Linkage Act* holandês, que exclui os migrantes indocumentados do acesso a serviços sociais básicos. A decisão do Comité pode ser consultada [aqui](#).

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

FRANÇA / Governo acusado de não cumprir a promessa eleitoral de executar alterações nas políticas de detenção e deportação

O Presidente francês François Hollande tinha prometido alterações significativas nas políticas de imigração durante a sua campanha eleitoral, de forma a tornar a detenção a “exceção” e não a regra. Contudo, organizações que avaliam os centros de detenção em França relatam que a situação melhorou apenas para famílias migrantes e não para todos os migrantes, uma vez que muitos continuam em detenção. Embora tenha havido uma diminuição no número total de detidos (23.500 em 2012 contra 27.000 em 2011), as associações afirmam que isto se deve unicamente à revogação do regime de *garde a vue* no seguimento de uma decisão do [Tribunal de Justiça Europeu](#) (ECJ). O governo de esquerda foi também criticado por piorar, em vez de melhorar, a situação das deportações. O número total de pessoas expulsas do território continental de França aumentou em 12% em 2012, com 60% das pessoas a não terem acesso a autoridades judiciais antes da deportação.

Fonte: [Faim Développement magazine](#), 20 December 2013

ITÁLIA / Debate sobre reforma da lei da imigração e anulação da criminalização da migração irregular

Como consequência da tragédia de Lampedusa a 3 de outubro 2013, na qual mais de 360 migrantes morreram no mar, o governo italiano reabriu o debate político sobre a lei “Bossi-Fini”. A lei italiana criminaliza a migração irregular, levando assim as autoridades italianas a iniciar um julgamento criminal dos sobreviventes da tragédia. No seguimento de uma proposta de dois membros do “Movimento Cinco Estrelas” – o partido político liderado por Beppe Grillo – a Comissão de Justiça do Senado aprovou uma emenda que irá anular o crime de migração irregular, sem qualquer reforma abrangente do sistema de direito da imigração Italiano. A emenda proposta precisa ainda de ser aprovada pelo Senado e pela Câmara de Deputados, uma vez que é preciso encontrar um acordo político. A ministra italiana para a Integração, Cécile Kyenge, apelou ao Parlamento que promova a discriminação da migração irregular.

Fontes: [Corriere della Sera](#), 10 de outubro de 2013; [Ansa](#), 21 de outubro de 2013

MALTA / Cidadania por 650,000 euros

O Parlamento Maltês aprovou uma nova legislação sobre a cidadania, a 12 de novembro 2013, que permite aos estrangeiros comprar um passaporte maltês sem quaisquer requisitos de residência ou investimentos, pelo valor 650,000 euros. De acordo com o primeiro-ministro Joseph Muscat, o objetivo do programa é gerar receitas para o país e atrair pessoas de “alto valor” que assegurem investimento. Ao mesmo tempo, Muscatem tem apelado à UE para que tome medidas para aliviar Malta do fardo da chegada de migrantes e tem sido criticado por permitir a venda da cidadania aos ricos.

Fontes: [Spiegel online](#), 13 de novembro de 2013; [Malta Independent](#), 9 de novembro de 2013

MARROCOS / Rei Mohammed VI irá regularizar todos os migrantes indocumentados em Marrocos

Mohammed VI, Rei de Marrocos, decidiu regularizar os migrantes indocumentados no país. A sua decisão foi tomada após a publicação de um relatório intitulado “Estrangeiros e direitos do Homem em Marrocos: para uma política de asilo e imigração radicalmente nova” ([Foreigners and human rights in Morocco: For a completely new asylum and immigration policy](#)) pelo Conselho Nacional para os Direitos Humanos (CNDH). O relatório mostra a situação dos migrantes em Marrocos e indica quatro áreas que deveriam ser consideradas nas políticas atuais: 1) a situação dos refugiados e requerentes de asilo; 2) migrantes indocumentados; 3) a batalha contra o tráfico humano; e 4) a situação dos migrantes documentados. Mohammed VI

reconheceu a importância de melhorar as condições dos migrantes, vindos sobretudo da África Subsaariana, no país.
Fontes: [Yabiladi](#), 9 de setembro de 2013; [Toutsurlemaroc](#), 10 de setembro de 2013

RUSSIA / Rusgas policiais semanais a apartamentos de migrantes

O chefe da polícia da cidade de Moscovo, Anatoly Yakunin, anunciou que a polícia irá efetuar rusgas todas as sextas-feiras até ao final do ano, em apartamentos que são alegadamente ocupados por migrantes irregulares. O mesmo afirmou que a polícia irá levar a cabo uma operação massiva de prevenção do crime, com o nome de código “Assinalar às sextas-feiras”. A medida foi proposta após milhares de residentes terem protestado contra o esfaqueamento até à morte de um cidadão russo de 25 anos, Yegor Shcherbakov, a 10 de outubro de 2013, alegadamente executado por um migrante.

Fonte: [The Moscow Times](#), 21 de outubro de 2013

REINO UNIDO / Ministério do Interior publica acidentalmente dados pessoais de migrantes indocumentados

Detalhes pessoais de cerca de 1.600 migrantes indocumentados em processo de serem reenviados para o seu país de origem foram acidentalmente publicados na página do Ministério do Interior entre os dias 15 e 28 de outubro de 2013.

Num [comunicado escrito ao Parlamento britânico](#), o ministro da imigração, Mark Harper, afirmou que o departamento já tomou medidas para apurar se os dados foram vistos ou acedidos fora do ministério do interior.

Fonte: [BBC](#), 12 de dezembro de 2013

CUIDADOS DE SAÚDE

DINAMARCA / Protesto contra deportações de requerentes de asilo com doenças mentais

A revelação do aumento de deportações de requerentes de asilo com graves problemas de saúde desencadeou um debate público sobre a justificação das deportações. A 1 de novembro de 2013, os protestantes ocuparam as ruas de Copenhaga com sinais em volta dos seus pescoços onde se lia “Sou mentalmente doente, deixe-me ficar na Dinamarca”. Entre os protestantes estavam médicos e advogados que testemunham diariamente as deportações de vítimas de tortura e de violência, diagnosticadas com doenças mentais graves. A disponibilidade da medicação nos respetivos países de origem serviu como argumento para a deportação. Os discursos proferidos no dia do protesto evidenciaram os efeitos traumáticos que o regresso aos países de origem tem nos migrantes em questão.

Fonte: [Sameksistens](#), 2 de novembro 2013

REINO UNIDO / Limitação de acesso a cuidados de saúde aos migrantes

Na sequência dos resultados da consulta pública iniciada a 3 de julho de 2013 sobre o acesso aos cuidados de saúde para migrantes, o ministério da Administração Interna (Home Office) do Reino Unido pretende aplicar e adicionar taxas. Os migrantes temporários e os que não forem oriundos do Espaço Económico Europeu vão ter que pagar pelos serviços de saúde. Além disso, os requerentes de asilo, as pessoas com estatuto de refugiado ou sob proteção humanitária e as vítimas de tráfico vão ser obrigadas a pagar uma sobretaxa para imigrantes e a ter que solicitar permissão se entrarem ou permanecerem no Reino Unido. Contudo 69% dos inquiridos na consulta apontaram que o acesso não tem de ser baseado na residência permanente.

Fonte: [Migrants' Rights Network](#), 4 de novembro de 2013

TRABALHO E CONDIÇÕES LABORAIS JUSTAS

IRLANDA / Proposta para condições de emprego para funcionários de diplomatas estrangeiros

Na sequência de casos recentes de exploração de trabalhadores domésticos em moradias diplomáticas na Irlanda, o ministério irlandês de Negócios Estrangeiros propôs uma lista de condições a ser cumprida pelos diplomatas. De acordo com as propostas, um visto diplomático pode ser cancelado se não estiver de acordo com estas condições. Não existe um estatuto especial que aborde a regulamentação para o emprego dos funcionários de diplomatas. As autoridades irlandesas encontram-se a investigar pelo menos sete casos que envolvem diplomatas estrangeiros por alegados tráfico humano e ofensas de trabalho forçado.

Fonte: [Independent](#), 21 de outubro de 2013

RELATÓRIO / Exploração de trabalhadores migrantes na Finlândia, Suécia, Estónia e Lituânia

O Instituto Europeu de Formação para a Prevenção e o Controlo, afiliado com as Nações Unidas, publicou o relatório [“Exploração dos trabalhadores migrantes na Finlândia, Suécia, Estónia e Lituânia: Revelando as ligações entre recrutamento, práticas irregulares de emprego e tráfico laboral”](#) a 24 de outubro de 2013. Esta publicação resulta de uma compilação de quatro relatórios de investigação independentes encomendados ao abrigo do conceito genérico de [ADSTRINGO](#). O projeto ADSTRINGO aborda o tráfico de seres humanos para exploração laboral através de práticas de recrutamento em ambos os

países de origem e de destino, fornece informações recentes sobre as vulnerabilidades, os fatores, os métodos e os canais que facilitam a exploração.

Fonte: [Council of the Baltic Sea States](#), 24 de outubro de 2013

RELATÓRIO / Primeiro Índice Global da Escravidura estima que aproximadamente 30 mil pessoas vivam como escravos

A Walk Free Foundation publicou o primeiro “Índice Global da Escravidura”, o qual estima que cerca de 30 milhões de pessoas estejam a viver como escravos, muitos dos quais são migrantes e vítimas de tráfico para fins de trabalho forçado ou de exploração sexual. O relatório pretende demonstrar a dimensão global e a natureza do problema, assim como a sua persistência. O índice apresenta um ranking dos países do mundo relativamente à escravidão moderna e uma análise mais aprofundada da situação nacional da escravidão moderna nos dez piores e melhores desempenhos no conjunto dos países avaliados. Esta análise inclui respostas governamentais e uma secção com recomendações sobre o que é preciso acontecer para a situação melhorar. A Europa ocidental apresenta o risco global mais baixo de escravização por região e nove dos dez países com melhor performance estão localizados na Europa. As formas de escravatura moderna que se manifestam nestes países envolvem principalmente migrantes indocumentados, seja como trabalhadores domésticos ou na indústria do sexo. Por exemplo, todas as vítimas identificadas de escravatura moderna na Noruega eram não nacionais. O relatório pode ser consultado [aqui](#).

Fontes: [Al Jazeera](#), 18 de outubro de 2013

MULHERES INDOCUMENTADAS

EUA / Projeto de lei sobre imigração aborda algumas das necessidades das mulheres indocumentadas

De acordo com as [estimativas](#), as mulheres migrantes têm três a seis vezes mais probabilidades de experienciar violência doméstica do que as mulheres nascidas nos Estados Unidos e estima-se que 77 por cento enfrentam violência doméstica caso dependam dos seus cônjuges para o estatuto legal de imigração. O projeto de lei de imigração apoiado pelo senado está atualmente a ser considerado pelo Congresso dos Estados Unidos da América e inclui cláusulas que abordam a proteção de mulheres migrantes. O projeto de lei prevê, por exemplo, a duplicação do número de vistos U atribuídos aos que desejam cooperar na aplicação da lei e tenham sido vítimas de crimes nos Estados Unidos. Contudo, os maiores cortes de vistos propostos à reunificação poderão ser um obstáculo adicional para as mulheres que desejem reunir-se com crianças e outros membros das famílias.

Fontes: [In These Times](#), 12 de outubro de 2013; [Colorlines](#), 14 de outubro 2013

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

BÉLGICA / Campanha para facilitar acesso à educação precoce para migrantes indocumentados

O ministério da Educação flamengo está a levar a cabo uma campanha de informação com o *slogan* “Olha o que eu sei fazer”. O objetivo desta campanha é melhorar a participação em níveis precoces de educação, especialmente entre recém-migrantes e crianças que falem idiomas estrangeiros como língua materna. Os pais com um estatuto de residente inseguro, incluindo migrantes indocumentados, são um grupo alvo particular para a campanha. *Kleuterschool* não se trata de um nível obrigatório de educação, mas é encorajado pelo governo para crianças cujas idades se situem entre os três e os seis anos de idade.

Fonte: [Kleuterparticipatie](#), setembro de 2013

CHIPRE / Departamento de migração acusado de maus-tratos a famílias de migrantes

A Provedora da Justiça cipriota, Eliza Savvidou, e o Comissário para as crianças, Leda Koursoumba, destacaram um número de casos nos quais o departamento de migração deixou adolescentes à sua sorte depois de deter ambos os pais, ou de ter privado as crianças da companhia de um dos pais com acusações de casamentos de conveniência com falta de provas. Leda Koursoumba exortou o estado, o qual é o último responsável pelas políticas de migração do departamento, a adotar uma política abrangente que assegure que as medidas que envolvam crianças estejam em conformidade com os seus direitos.

Fonte: [Cyprus Mail](#), 10 de novembro de 2013

CONSELHO DA EUROPA / Decisões relativas a crianças migrantes devem sempre basear-se nos seus melhores interesses

O comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, Nils Muižnieks, pronunciou-se sobre os direitos das crianças migrantes e relatou os duros tratamentos que este grupo enfrenta, desde a experiência traumatizante de ser deportado a ter de regressar, por vezes, a um país que nem sequer conhece. Concluiu ao dizer que há a necessidade de rever as políticas relativamente às crianças migrantes e que as “crianças são primeiro que tudo crianças e as autoridades estatais na Europa

devem agir na defesa dos seus interesses”.

Fonte: [Human Rights Comment](#), 19 de setembro de 2013

REINO UNIDO / Novas fichas informativas preparadas pelo Centro Legal de Crianças: trajetórias para a regularização

Crianças, jovens e famílias indocumentadas enfrentam muitas barreiras para regularizar os seus estatutos após as alterações às regras de imigração e os cortes na assistência jurídica no Reino Unido. Por esta razão, o *Migrant Children's Project* preparou recentemente fichas informativas que proporcionam aos indivíduos alguns conselhos gerais sobre a representação em nome próprio num caso de imigração.

Fonte: [Coram CLC](#), setembro de 2013

EUA / Há mais universidades americanas a aceitar expressamente estudantes indocumentados

Um conjunto de universidades norte-americanas, incluindo Dartmouth, Columbia, a Universidade da Pensilvânia, Yale, Harvard, Princeton, Stanford, Duke, a Universidade de Chicago e a Universidade de Notre Dame, declarou explicitamente que aceita candidaturas submetidas por estudantes indocumentados, especificando, ainda, que podem ser elegíveis para apoio financeiro. Contudo, alguns dos estudantes indocumentados poderão hesitar a candidatarem-se a escolas sem declarações públicas claras relativamente à sua política por temerem que os seus estatutos sejam revelados.

Fonte: [CNN Money](#), 1 de outubro de 2013

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

GRÉCIA / Tribunal condena detenção de criança

O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) condenou a Grécia no caso [Housein vs. Grécia](#) relativamente à detenção de Ali Hussein de 11 anos de idade, natural do Afeganistão. O tribunal determinou que a Grécia violou o direito de Ali à liberdade quando o deteve num estabelecimento prisional para adultos durante cerca de dois meses. O TEDH determina que as condições de detenção violam o artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) sobre a proibição do tratamento degradante, assim como o artigo 9º da CEDH relativo à liberdade de religião, uma vez que o rapaz muçulmano foi alegadamente forçado a escolher entre comer porco ou a permanecer com fome.

Fontes: [Asylum Information Database](#), 25 de outubro 2013; [Enet.gr](#), 24 de outubro 2013

PAÍSES BAIXOS / Secretário de Estado da Segurança e Justiça apresenta nova proposta para detenção de imigrantes

No dia 13 de setembro Fred Teeven, secretário de estado da segurança e justiça e ministro da migração, apresentou na Câmara Baixa os seus novos planos para a detenção de migrantes. Os novos planos seguiram-se às críticas generalizadas pela atual política de detenção depois do suicídio de um ativista russo no início de 2013. Apesar do regime de asilo mais humano de Fred Teeven, o novo plano continua a permitir a detenção de crianças e famílias que entrem no país através do aeroporto Schiphol. Fred Teeven promoveu a detenção de famílias que entrem no país por terra. Uma das principais alterações propostas é reduzir o número de células de detenção para menos de metade do atual número. Será dada mais liberdade de circulação aos detidos dentro dos estabelecimentos prisionais.

Fontes: [NOS](#), 13 de setembro de 2013; [Defence for Children](#), 14 de setembro 2013; [NU.nl](#), 13 de setembro; [Humanistisch Verbond](#), 17 de setembro 2013

PAÍSES BAIXOS / Migrantes irregulares em Amesterdão podem denunciar crimes sem medo de deportação

Apesar de se encontrar pendente a proposta legislativa de criminalizar as irregularidades, o Secretário de Estado da Segurança e Justiça concordou com um projeto piloto em Amesterdão o que poderá significar que os migrantes irregulares poderão ter condições de denunciar crimes sem temerem a prisão. O projeto foi aceite por parte do conselho municipal de Amesterdão em dezembro de 2011, mas demorou um ano e meio para assistir à sua implementação. De momento, muitos migrantes irregulares não denunciam os casos em que se tornaram vítimas de tráfico humano, abuso ou violência, devido ao receio de serem presos e/ou deportados.

Fonte: [Republiek Allochtonië](#) 22 de agosto de 2013; [De Volkskrant](#) 22 de dezembro de 2011

ESPANHA / Espanha coopera com Marrocos no regress de migrantes indocumentados

O ministro do interior de Espanha, Jorge Fernández Díaz, anunciou a 23 de setembro, no II Fórum Parlamentar Hispano-Marroquino que Espanha vai cobrir os custos de regressos dos migrantes irregulares que estão em Marrocos e querem atravessar a fronteira rumo à Europa. Este programa, que pretende combater a migração irregular, vai ser levado a cabo em colaboração com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que vai trabalhar para ajudar os migrantes no regresso aos seus países de origem. Fernández Díaz disse que 3 mil migrantes indocumentados entraram em Ceuta e Melilla em 2013, o que corresponde ao dobro do valor em igual período em 2012. 77 por cento dos migrantes intercetados por autoridades espanholas são enviados de volta para Marrocos.

Fontes: [Libertad Digital](#), 23 de setembro de 2013; [Medias 24](#), 24 de setembro de 2013

INVESTIGAÇÃO / Novo conjunto de documentos de trabalho sobre detenção de imigrantes

O Global Detention Project publicou um novo conjunto de documentos de trabalho sobre detenção de imigrantes. O documento [‘Os Custos Escondidos dos Direitos Humanos: o Caso da Detenção de Imigrantes’](#) da autoria de Michael Flynn explica de que forma a detenção de imigrantes tem impactado algumas normas de direitos humanos fundamentais, as quais ajudaram a encorajar países a adotar novas instituições dedicadas a esta prática. O documento [“Crimmigração” na União Europeia através das Lentes da Detenção de Imigrantes](#) da autoria de Izabella Majcher mostra de que forma a convergência das leis penais e de imigração podem ter um impacto prejudicial nos migrantes. O terceiro documento intitulado “Cortinas de Fumo: Existe uma Correlação entre Eufemismos da Migração e a Linguagem da Detenção?” da autoria de Mariette Grange explora as consequências da linguagem utilizada para descrever as pessoas que se deslocam entre fronteiras.

Fonte: [Global Detention Project](#), outubro de 2013

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

GUIA / Guia prático para autoridades locais auxiliarem na integração

As autoridades locais de Dublin, em colaboração com a New Communities Partnership, uma rede nacional independente de 165 grupos na área da imigração, lançaram [‘Um Guia Prático no Auxílio da Integração para Autoridades Locais’](#), o qual promove a integração das comunidades migrantes e o seu envolvimento com os conselhos distritais irlandeses. O guia apresenta vários objetivos incluindo o empenho cívico dos migrantes, o recrutamento de voluntários de ligação interculturais que servem de ligação entre as comunidades e as autoridades locais; o estabelecimento de estágios para migrantes no seio das autoridades locais fornecendo aos migrantes experiência de trabalho e a criação de fóruns locais que atuam como uma plataforma para os líderes de vários grupos de migrantes.

Fonte: [The Irish Times](#), 19 de agosto de 2013

RELATÓRIO / Relatório Migração Mundial 2013: Bem-estar e desenvolvimento dos migrantes

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) publicou o “Relatório Mundial de Migração 2013: Bem-estar e desenvolvimento dos migrantes” a 13 de setembro de 2013. O relatório pretende determinar se a migração conduz a uma melhoria das circunstâncias pessoais para os migrantes, tendo em conta os efeitos positivos e negativos da migração no bem-estar dos indivíduos, assim como o impacto que a migração tem no desenvolvimento das economias. A versão completa do relatório está disponível [aqui](#).

Fonte: [OIM](#), 13 de setembro de 2013